



# ABOP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE  
ORÇAMENTO PÚBLICO



## ***PROPOSTA COMERCIAL Nº 372/2025***

**Solicitante: Ministério da Justiça e Segurança Pública**

***Tema: 4º Curso sobre e-Social e conceitos básicos de EFD-REINF e DCTFWEB para Órgãos Públicos em conformidade com o MOS S-1.2, IN 2.043/2021 – IN 2.005/2021 e demais alterações***



[treinamento@abop.org.br](mailto:treinamento@abop.org.br)



61 3224-2613



[abop.sede](https://www.instagram.com/abop.sede)



[www.abop.org.br](http://www.abop.org.br)



# ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO

## QUEM SOMOS

A Associação Brasileira de Orçamento Público, ABOP, é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 04 de dezembro de 1974, com domicílio jurídico em Brasília – DF e regionais estabelecidas em vários estados da União.

Atuamos na Criação, divulgação, aplicação e desenvolvimento de novas técnicas, conceitos procedimentos e normas no campo orçamentário e correlatos.

Reciclamos e capacitamos profissionais de planejamento e orçamento público e áreas afins de todos os poderes e níveis de governo.

Promovemos eventos de aperfeiçoamento das técnicas orçamentárias, disponibilizando aos associados o instrumental adequado para a análise e solução de questões específicas.

Estimulamos a realização de estudos e pesquisas no campo teórico, conceitual e prático relativos às políticas públicas.

Propomos e desenvolvemos formas de participação da sociedade nas decisões incidentes sobre o planejamento e execução orçamentária, gerenciamento e fiscalização das políticas públicas.

Servirmos de fonte de consulta permanente, a nível técnico de informação, aos organismos nacionais e internacionais.

## MISSÃO

Desenvolver serviços de ensino e consultoria de qualidade, com ênfase no

conhecimento técnico, prático e integrado e no embasamento teórico amplo e atualizado, visando a contribuir para o melhor desempenho das organizações e para o desenvolvimento sócio-econômico do País.

## VISÃO

Tornar-se referência nacional nos treinamentos, capacitações e consultoria para todas as esferas governamentais

## VALORES

Ética; comprometimento; capacitação e conhecimento técnico; profissionalismo; excelência em responsabilidade socioambiental.

## PRINCIPAIS SERVIÇOS

- ✓ Treinamentos
- ✓ Organiza e realiza cursos de capacitação e reciclagem a funcionários da administração pública, dos diferentes níveis de governo.
- ✓ Pesquisas
- ✓ Publicações
- ✓ Edita boletins Informativos e a Revista ABOP, que abordam temas atualizados sobre políticas públicas.
- ✓ Fomenta, estimula e realiza pesquisas no campo das Políticas Públicas.

# PROPOSTA COMERCIAL Nº 372/2025 – CURSO

Brasília-DF, 05 de novembro de 2025

## 1 - DADOS DO SOLICITANTE

**Empresa:** Ministério da Justiça e Segurança Pública

**Contato:** SISPE

**E-mail:** [sispe@mj.gov.br](mailto:sispe@mj.gov.br)

**Telefone:** (61) 2025-3745

## 2 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Conforme solicitação dessa Instituição, estamos encaminhando proposta para a realização do **4º Curso sobre e-Social e conceitos básicos de EFD-REINF e DCTFWEB para Órgãos Públicos em conformidade com o MOS S-1.2, IN 2.043/2021 – IN 2.005/2021 e demais alterações** – na modalidade presencial, **está previsto** para o período de 01 a 05/12/2025, no horário das 08h às 12h, totalizando 20 (vinte) horas/aula, na sede a ABOP - SCS Quadra 02, Edifício Palácio do Comércio, 8º andar, salas 801/6, CEP: 70.318-900 Bairro: Asa Sul - Brasília – DF.

## 3 - INVESTIMENTO

O valor por inscrição no curso é de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

O valor total será de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), para 05 (cinco) pagantes e terá 01 (uma) vaga de cortesia/bolsa, conforme promoção vigente, totalizando 06 (seis) participantes desse órgão.

*Promoção: Para cada 05 inscrições efetivadas do mesmo órgão, a 6ª será cortesia.*

No valor da inscrição estão incluídas todas as despesas necessárias à realização do curso tais como: elaboração e revisão no material didático (apostilas), elaboração e revisão de exercícios de trabalhos práticos, certificado, mochilas, canetas, blocos, crachás, reprografia, **coffee break**, sala de aula com ambiente climatizado, acompanhamento e coordenação da turma, custo horas/aula, encargos sociais e remuneração a ABOP.

## 4 – DA CERTIFICAÇÃO

A ABOP fornecerá **Certificado de Conclusão** com aproveitamento, aos participantes que obtiverem frequência igual ou superior a 90% das atividades. Aos demais, que tenham participado abaixo deste percentual, será fornecido **Certificado de Participação**.

## 5 – FUNDAMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Esclarecemos que a ABOP está inscrita no SICAF, através da Portaria MARE n.º 2139, de 10/07/97. Nosso CNPJ é 00.398.099/0001-21 e a Inscrição Estadual é 07.343.300/001-00. É uma entidade privada sem fins lucrativos voltada fundamentalmente para o ensino, pesquisa e divulgação das técnicas orçamentárias e de gestão pública, fundada em 1974, portanto tem

cinquenta anos de experiência no desenvolvimento institucional de órgãos e entidades públicos.

A contratação da ABOP é respaldada pela Lei nº 14.133/2021, que estabelece procedimentos específicos para as contratações realizadas pela administração pública e de acordo com o art. 75, inc. XV, da referida lei, é permitida a contratação direta por dispensa de licitação em casos excepcionais, nos quais a contratação se mostra necessária e vantajosa para a administração. Nesse contexto, considerando a expertise da ABOP e a relevância dos cursos oferecidos para o aprimoramento profissional dos servidores públicos, magistério de renomados especialistas. Portanto, conforme Orientação Normativa/AGU nº 18, de 01/04/2009 (DOU de 07/04/2009, Seção 1, pág. 14), combinada com a Decisão/TCU nº 439/98 (DOU de 31/07/98), que ratifica a possibilidade de contratação por inexigibilidade de licitação nos casos em que a entidade contratada demonstre capacidade técnica singular para a prestação dos serviços; podendo-se contratá-la, alternativamente, por dispensa de licitação da forma do art.75, inc. XV da Lei nº 14.133/2021.

## **6 – DADOS CADASTRAIS, CONTA CORRENTE E VALIDADE**

Razão Social: Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP

CNPJ: 00.398.099/0001-21

CF/DF: 07.6343.300/001-00

Endereço: SCS Quadra 02, Edifício Palácio do Comércio, 8º andar, salas 801/6

CEP: 70.318-900 Bairro: Asa Sul - Brasília - DF- Brasil

Telefone: (61) 3224-2613 / 3224-2159

E-mail: abop@abop.org.br, secretaria@abop.org.br, treinamento@abop.org.br

Dados bancários da empresa (conta jurídica)

Banco: 341

Descrição do banco: Itaú

Agência: 8635

Conta corrente nº: 24938-9

Dados dos representantes legais: Senhor Manoel Gomes de Lima - Presidente, portador da Carteira de Identidade nº 60831 SEIS/RN e do CPF nº 003.811.794-00; e do Senhor Eulier Rosa Leite – Secretário-Executivo, portador da Carteira de Identidade nº 1642084 SSP/DF e do CPF nº 811.795.611-04

Antes do início do evento, esse Órgão deverá apresentar o empenho ou outro documento correspondente ao valor de execução do mesmo.

A ABOP poderá postergar a realização do curso ou o seu cancelamento, com até uma semana antes do início do evento, caso o número de participantes não seja suficiente para atender a programação.

Ressaltamos que esta Proposta só tem valor como pesquisa de mercado, se as propostas dos concorrentes se apresentarem com a mesma carga horária.

**Esta proposta tem validade de 120 dias.**

## **7 - ESTRUTURA E CONTEÚDO DO CURSO**

### **4º Curso sobre e-Social e conceitos básicos de EFD-REINF e DCTFWEB para Órgãos Públicos em conformidade com o MOS S-1.2, IN 2.043/2021 – IN 2.005/2021 e demais alterações**

#### **I – OBJETIVOS GERAIS**

A EFD-Reinf, junto ao eSocial, substituem as informações solicitadas em outras obrigações acessórias, tais como a GFIP, a DIRF e também obrigações acessórias instituídas por outros órgãos de governo como a RAIS e o CAGED. O EFD-Reinf vai substituir o módulo da EFS-Contribuições que apura a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). A Instrução Normativa RFB nº 1.787, de 2018, apresenta as regras relativas à DCTFWeb. Essa declaração será gerada, automaticamente, a partir das informações prestadas nas escriturações do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e/ou da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), módulos integrantes do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

#### **II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Abordar as rotinas práticas de tratamento das informações geradas pela escrituração eSocial e EFD-Reinf no ambiente da DCTFWeb, geração do DARF, seu ajuste do SISTAD e a recuperação de créditos via PER/DCOMP Web. Elaborar a DCTFWeb, declaração que substitui a GFIP/SEFIP bem como a emissão do DARF que substitui a GPS como documento de arrecadação dos tributos (INSS, IRRF e FGTS) da folha de pagamento.

#### **III – PÚBLICO ALVO**

Contadores, Auditores, Analistas de TI, Analista Tributários, Gerentes Financeiros e Administrativos, Gerentes de Recursos Humanos, e demais profissionais do serviço público do Estado que estejam ligados aos processos de SPEDs (inclusive o eSocial).

#### **IV – METODOLOGIA**

Aula expositiva com uso de Projetor de Multimídia;

Debates em sala de aula;

Análise e resolução de situações problemas;

Exercícios de Fixação.

#### **V – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

##### **1 - VISÃO GERAL DO eSOCIAL**

– Contexto Histórico do e-Social

– Legislação Pertinente

– Vigência em fases

– Objetivo do e-Social

– Informações a serem prestadas

- Declarações a serem substituídas
- Os eventos que compõe o e-Social
- Eventos iniciais
- Eventos de tabela
- Eventos não periódicos
- Eventos periódicos
- Eventos de SST
- Cadastro de Qualificação Cadastral – CQC
- Particularidade de órgãos Públicos
- Exercente de cargo em comissão

### **1.1. TABELAS DO EMPREGADOR PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS:**


- S-1000 – Informações do Empregador/Contribuinte/Órgão Público
- S-1005 – Tabelas de Estabelecimento, Obras ou Unidades de Órgãos Públicos.
- S-1010 – Tabelas de Rubricas
- S-1020 – Tabela de Lotações Tributarias
- S-1070 – Tabela de Processos Administrativo-Judiciais

### **1.2. EVENTOS PERIODICOS PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS:**

- S-1200 – Remuneração de trabalhador vinculado ao RGPS
- S-1202 – Remuneração de servidor vinculado ao RPPS
- S-1207 – Benefícios Previdenciários RPPS
- S-1210 – Pagamento de Rendimentos do Trabalho
- S-1260 – Comercialização da Produção Rural Pessoa Física
- S-1270 – Contratação de Trabalhadores Avulsos Não Portuários
- S-1280 – Informações Complementares aos Eventos Periódicos
- S-1298 – Reabertura dos Eventos Periódicos
- S-1299 – Fechamento dos eventos Periódicos

### **1.3. EVENTOS NÃO PERIODICOS PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS:**

- S-2190 – Admissão de Trabalhador – Registro Preliminar
- S-2200 – Cadastramento Inicial do Vínculo e Admissão/Ingresso de Trabalhador
- S-2205 – Alteração de Dados Cadastrais do Trabalhador
- S-2206 – Alteração de Contrato de Trabalho
- S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho
- S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador e Exame Toxicológico
- S-2230 – Afastamento Temporário
- S-2231– Cessão/Exercício em outro órgão
- S-2240 – Condições Ambiente do Trabalho – Agentes Nocivos
- S-2298 – Reintegração
- S-2299 – Desligamento
- S-2300 – Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário – Inicio
- S-2306 – Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário – Alteração Contratual
- S-2399 – Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário – Termina
- S-2400 – Cadastro de Benefícios Previdenciários – RPPS



S-2405 – Alteração de Dados Cadastrais do Beneficiário – Entes Públicos  
S-2410 – Cadastro de Benefícios Ente Público  
S- 2416 – Alteração do cadastro de Benefícios – Entes Públicos  
S-2418 – Reativação de Benefícios  
S-2420 – Cadastro de Benefícios – Entes Públicos – Término  
S-2500 – Processo Trabalhista  
S-2501 – Informações dos Tributos Decorrentes de Processo Trabalhista  
S-3000 – Exclusão de Eventos  
S-3500 – Exclusão de Eventos – Processo Trabalhista  
S-5001 – Informações das Contribuições sociais consolidadas por trabalhador  
S-5002 – Imposto de Renda Retido na Fonte  
S-5003 – Informações do FGTS por Trabalhador  
S-5011 – Informações das Contribuições sociais consolidadas por contribuinte  
S-5012 – Informações do IRRF consolidadas por contribuinte  
S-5013 – Informações do FGTS consolidadas por contribuinte  
S-5501 – Informações Consolidadas de Tributos Decorrentes de Processo Trabalhista  
S-8299 – Baixa Judicial do Vínculo

#### **1.4 e-SOCIAL WEB GERAL CONTINGÊNCIA:**


- Conceito
- Fluxograma Geral
- Como navegar
- Código de Acesso
- Certificado Digital
- Acesso conta GOV
- Acesso por procuração

#### **1.5 e-SOCIAL PENALIDADES:**

- Trabalhista
- Tributária
- Previdenciárias
- Multas SST

#### **2 - EFD-Reinf**

- Conceito
- Retenções Previdenciárias e Fazendárias
- Obrigatoriedade de Reter
- Por onde acessar a EFD-Reinf e como é o seu preenchimento?
- Penalidades
- Eventos Iniciais
- R – 1000 – Informações do Contribuinte
- R – 1050 – Tabelas de entidades ligadas
- R – 1070 – Tabela de Processos Administrativos/Judiciais
- Eventos Previdenciários
- R – 2010 – Retenção Contribuição Previdenciária – Serviços Tomados

- 
- R – 2020 – Retenção Contribuição Previdenciária – Serviços Prestados
  - R – 2030 – Recursos Recebidos por Associação Desportiva
  - R – 2040 – Recursos Repassados para Associação Desportiva
  - R – 2050 – Comercialização da Produção por Produtor Rural PJ/Agroindústria
  - R – 2055 – Aquisição de produção rural
  - R – 2060 – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB
  - R – 2098 – Reabertura dos Eventos Periódicos
  - R – 2099 – Fechamento dos Eventos Periódicos
  - R – 3010 – Receita de Espetáculo Desportivo
  - Eventos Fazendários
  - R – 4010 – Pagamentos/créditos a beneficiário pessoa física
  - R-4020 – Pagamentos/créditos a beneficiário pessoa jurídica
  - R-4040 – Pagamentos/créditos a beneficiários não identificados
  - R-4080 – Retenção no recebimento
  - R-4099 – Fechamento/reabertura dos eventos da série R-4000
  - Eventos de Recuperação
  - R – 5001 – Informações de bases e tributos por evento
  - R – 5011 – Informações de bases e tributos consolidadas por período de apuração
  - R – 9000 – Exclusão de Eventos
  - R-9001 – Informações de bases e tributos por evento
  - R-9005 – Bases e tributos – retenções na fonte
  - R-9011 – Informações de bases e tributos consolidadas por período de apuração
  - R-9015 – Consolidação das retenções na fonte

### **3 - DCTFWeb e DARF Previdenciário**

- Conceito
- Obrigatoriedade
- Prazo de apresentação
- Tributos declarados na DCTFWEB
- Tipos/categoria/situação de DCTFWEB
- Por onde acessar a DCTFWeb e como é o seu preenchimento?
- Penalidades
- DCTF Web de 13º Salário

### **4 - Apresentação dos ambientes acessando diretamente as plataformas do governo.**

- Acesso ao WEB GERAL
- Acesso a EFD-Reinf
- Acesso a da DCTFWEB

### **5 - Explanação sobre o FGTS Digital**

### **6 - Casos Práticos de Retenções e Pagamentos de Rendimentos sujeitos a EFD Reinf**



## 8 - PRINCIPAIS CLIENTES



**EXERCITO BRASILEIRO**



**FORÇA AÉREA  
BRASILEIRA**



**MARINHA DO BRASIL**



**CORPO DE BOMBEIROS  
MILITAR DO DF**



**POLÍCIA MILITAR  
DO DF**



**COORDENAÇÃO DE  
APERFEIÇOAMENTO DE  
PESSOAL DE NÍVEL  
SUPERIOR**



**COMPANHIA DE  
DESENVOLVIMENTO  
DOS VALES DO SÃO  
FRANCISCO E DO  
PARNAÍBA**



**SECRETARIA DE ESTADO  
DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO  
DO ESTADO DE  
RONDÔNIA**



**PREFEITURA DE PORTO  
VELHO**



**TRIBUNAL DE  
CONTAS DO  
ESTADO DE  
RONDÔNIA**



**MINISTÉRIO DO TURISMO**



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO OESTE  
DO PARÁ**



**UNIVERSIDADE DO VALE  
DO SÃO FRANCISCO**



**EMPRESA BRASILEIRA DE  
SERV. HOSPITALARES**



**SUPERIOR  
TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA**



**INSTITUTO FEDERAL DO  
NORTE DE MINAS GERAIS**



**INSTITUTO FEDERAL  
DO CEARÁ**



**INSTITUTO FEDERAL DO  
PIAUÍ**



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA**



**AGÊNCIA  
NACIONAL DE  
ÁGUAS**

  
**EULIER ROSA LEITE**

Secretário-Executivo

A ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público é uma entidade privada sem fins lucrativos voltada fundamentalmente para o ensino, pesquisa e divulgação das técnicas orçamentárias e de gestão pública, com dezenas de anos de experiência no desenvolvimento institucional de órgãos e entidades públicos. Seus cursos abertos, sob o magistério de renomados especialistas, são contratados preferencialmente por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 74, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, conforme Orientação Normativa/AGU nº 18, de 01/04/2009 (DOU de 07/04/2009, Seção 1, pág. 14), combinada com a Decisão/TCU nº 439/98 (DOU de 31/07/98); podendo-se contratá-la, alternativamente, por dispensa de licitação da forma do art. 75, inc. XV da Lei nº 14.133/2021.